

SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do
Sindicato dos Urbanitários
07/11/2016



MPF recorre à Justiça contra a revisão de auxílios do INSS

Em atuação conjunta, o Ministério Público Federal (MPF/DF) e a Defensoria Pública da União (DPU) enviaram à Justiça um pedido de liminar para garantir que o INSS respeite os direitos de segurados durante a revisão dos benefícios de aposentadorias por invalidez e auxílio-doença. Realizados com base na Medida Provisória 739/16, que perdeu sua validade no último sábado, mas que terá sua sequência mediante projeto de lei, os processos de revisão devem atingir, nos próximos dois anos, cerca de 1,6 milhão de segurados, sendo 530 mil beneficiários de auxílio-doença e outros 1,1 milhão de aposentados por invalidez. Esse é o total de segurados que o instituto pretende convocar para que sejam submetidos a novas perícias.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 07/11/2016

Trabalhador volta a ter auxílio do INSS com 4 novas contribuições

Os trabalhadores que deixaram de contribuir com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e perderam o direito à cobertura terão mais facilidade para conseguir o auxílio-doença, a aposentadoria por invalidez e o salário-maternidade. A partir de hoje, voltam a valer as regras antigas do INSS, modificadas em julho pela publicação da Medida Provisória 739. Assim, o trabalhador que deixou de contribuir com o INSS e perdeu a chamada “qualidade de segurado” poderá receber o auxílio-doença após pagar quatro novas contribuições.

Desde julho, a exigência eram 12 novos pagamentos. Para a aposentadoria por invalidez valerá a mesma regra. Já para o salário-maternidade, a exigência cairá de dez para três contribuições ao INSS. Em todos os casos, o segurado precisa ter, no mínimo, 12 contribuições para receber o auxílio.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 05/11/2016

Revisão do auxílio-doença será votada por meio de projeto de lei

A revisão do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez, prevista na Medida Provisória (MP) 739/16, terá tramitação por meio de projeto de lei a ser enviado pelo Executivo ao Congresso Nacional devido à perda da vigência da medida ocorrida na última sexta-feira (4). A informação é da Câmara dos Deputados que não votou a medida provisória na semana passada devido ao feriado de Finados, que suspendeu as sessões deliberativas durante a semana, inviabilizando a votação da MP. Segundo a assessoria da Câmara, no dia 26 de outubro, não houve quórum para analisar o projeto de lei de conversão aprovado pela comissão mista responsável pela matéria. Para tramitar mais rapidamente, o caminho regimental será a aprovação do regime de urgência para a nova proposta, com relatoria feita diretamente em Plenário em substituição às comissões temáticas.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 06/11/2016

Governo diz que auxílio-doença teve custo de R\$ 23 bi ao INSS em 2015

Conforme o governo, a despesa com auxílio-doença atingiu R\$ 23,2 bilhões em 2015, quase o dobro do gasto em 2005 (R\$ 12,5 bilhões) e, do total de 1,6 milhão de beneficiários, cerca de metade (839 mil) está recebendo o auxílio há mais de dois anos. Com relação à aposentadoria por invalidez, os gastos com o benefício, de acordo com o Executivo, quase triplicaram na última década, passando de R\$ 15,2 bilhões em 2005 para R\$ 44,5 bilhões em 2015, mas a quantidade de beneficiários subiu apenas 17,4% (de 2,9 milhões para 3,4 milhões). O texto determina que o segurado aposentado por invalidez ou afastado com auxílio-doença poderá ser convocado a qualquer momento para avaliação das condições de motivação de seu afastamento.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 06/11/2016

Projeto vai manter prazo maior para que os segurados tenham acesso aos auxílios

Ponto polêmico da MP 739/16 e que constará do projeto de lei é o aumento das carências para concessão do auxílio-doença, da aposentadoria por invalidez e do salário-maternidade no caso de o segurado perder essa condição junto ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS). Até a edição da MP, a Lei 8.213/91 exigia, do trabalhador que voltasse a ser segurado, o cumprimento de 1/3 da carência inicial para poder contar as contribuições feitas antes de perder a condição de segurado e cumprir o prazo necessário à obtenção de benefício.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 06/11/2016

Sintraport fará assembleia na segunda-feira

A maioria dos 1.600 trabalhadores avulsos de capatazia do Porto de Santos é esperada para uma assembleia, segunda-feira (7), às 9 horas, no corredor de exportação. A categoria está em greve nas empresas ADM e Louis Dreyfus, que ocupam 300 desses trabalhadores por dia, nos embarques de graneis sólidos que chegam ao porto em vagões ferroviários. A paralisação começou às 13 horas de terça-feira (1º) apenas na operadora portuária ADM, mas foi ampliada na manhã de quinta-feira (3), prejudicando a logística no corredor.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 05/11/2016

Servidores ainda resistem a aderir a fundo de previdência complementar

Um fundo de previdência complementar criado para os servidores públicos federais há pouco mais de uma década ainda enfrenta resistência de algumas categorias do funcionalismo, apesar dos mecanismos adotados para estimular a adesão dos servidores.

Conhecido como Funpresp (Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal), o fundo nasceu em 2003, quando o ex-presidente Luiz Inácio da Silva (PT) promoveu uma reforma da Previdência, mas só começou a funcionar em 2013.

Entre os funcionários do Executivo e do Legislativo, 2 de cada 10 servidores optam por ficar fora do Funpresp. No Judiciário e no Ministério Público, 1 de cada 10 escolhe não participar.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 07/11/2016